

Varição linguística: das discussões acadêmicas aos livros didáticos

Evilásio do Nascimento SILVA¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar como os livros didáticos de língua portuguesa da coleção “Língua portuguesa: Linguagem e interação”, de Faraco, Moura e Maruxo Júnior (2010), utilizados em escola de Ensino Médio do município de Redenção-CE, abordam o fenômeno da variação linguística. Partimos do pressuposto de que as emissões de preconceito a determinadas variedades decorrem principalmente da falta de conhecimento sobre esse fenômeno, portanto entendê-lo é ferramenta de combate a esse tipo de preconceito. Para tanto, os fundamentos teóricos utilizados foram baseados principalmente nos estudos de Alkmim (2012), Bagno (2011), Travaglia (2009), com discussões sobre as relações entre variação, ensino e materiais didáticos. Os resultados mostram que a abordagem da variação no livro didático ainda é bastante superficial, apresentando algumas falhas.

Palavras-chave: Variação; ensino; livros didáticos.

Abstract: This paper aims to analyze how the Portuguese language textbooks from the collection "Portuguese Language: Language and interaction " by Faraco, Moura and Maruxo Júnior (2010), used in a secondary school in the municipality of Redenção-CE, approach the phenomenon of linguistic variation. We assume that practices of prejudice towards certain language varieties arise primarily from people's lack of knowledge about this phenomenon, so understanding it constitutes a tool in order to combat this kind of prejudice. To achieve this goal, the methodological procedures used in the present work were based mainly on studies by Alkmim (2012), Bagno (2011), Travaglia (2009), who discuss the relationship between language variation, language teaching and learning materials. The results show that the approach to language variation in the textbook collection analyzed is quite superficial with some challenges still to be faced.

Keywords: language variation; language teaching; Portuguese textbooks.

1. Introdução

O Brasil é um país de enorme diversidade linguística. Entendemos que essa diversidade é resultado da própria extensão territorial do país e das desigualdades sociais ainda tão presentes. Existe, dessa forma, uma grande distância entre os grupos sociais, que se reflete nas valorações linguísticas, no modo como os grupos valoram a linguagem do grupo que não é o seu: é feio, é bonito, expressa letramento, evidencia ignorância etc.

Isso resulta em mitos linguísticos, e um deles diz respeito ao fato de muitos acharem que as pessoas que estão na base da pirâmide social não utilizam a língua de maneira correta,

¹ Graduando em Letras – Licenciatura em Português – pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Este trabalho foi desenvolvido no Programa de Educação Tutorial (PET), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Léia Cruz de Menezes.

mas apenas aqueles que estão no topo, que têm maior grau de letramento. Tal afirmação não é verdadeira. Em termos estritamente científicos, não há hierarquia quanto às modalidades de usos da língua, não há um uso linguisticamente melhor que outro. Em uma mesma comunidade linguística, portanto, coexistem usos diferentes, não existindo um padrão de linguagem que possa ser considerado superior. As pessoas não falam do mesmo modo e até uma mesma pessoa não fala sempre da mesma maneira.

Para que consigamos combater esse mito da homogeneidade linguística, o espaço da escola se apresenta como fundamental para a conscientização e o entendimento crítico da diversidade, pois, como sabemos, nossa sociedade ainda apresenta uma visão bastante conservadora e preconceituosa quando o assunto é língua e, historicamente, a escola vem reproduzindo essa visão linguística distorcida.

Pretendemos com esse trabalho apresentar uma visão geral do fenômeno “variação linguística” e analisar como os livros didáticos de uma coleção aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) abordam o fenômeno. Segundo os PCN (2000), uma das competências a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem refere-se ao respeito e preservação das diferentes manifestações linguísticas utilizadas por distintos grupos sociais. Nesse sentido, os livros didáticos podem se tornar ferramentas valiosas para combater o preconceito linguístico.

A partir do aporte da sociolinguística, ciência que estuda as relações entre língua e sociedade, buscamos material teórico para discorrer sobre o assunto. Esta ciência, ao relacionar língua e sociedade, aborda os usos linguísticos de falantes em distintos contextos sociais e situações.

Esse trabalho se organiza da seguinte forma: inicialmente, discutiremos alguns conceitos de variação linguística e sua relação com o ensino da língua portuguesa; na sequência, consideraremos o tratamento da variação em Livros Didáticos de língua portuguesa, a fim de nortear nosso olhar na análise que empreendemos dos livros didáticos, nos valem de algumas perguntas sobre “língua”, “norma culta” e “variedades linguísticas populares”. Por fim, ponderamos sobre o modo como o fenômeno *variação* vem sendo considerado em livros didáticos.

2. A existência de variedades

Uma das constatações que temos sobre a língua é o de que ela não é homogênea, isto é, os falantes de uma comunidade não empregam a língua de uma única maneira. O que

existem são diferentes modos de falar uma mesma língua. A essas diferentes maneiras de falar dá-se o nome de *variação linguística*.

Segundo Alkmim (2012), as variedades linguísticas podem ser compreendidas em dois grandes grupos: variação geográfica (diatópica) e variação social (diastrática).

A variação geográfica ocorre devido à diferença de região dos falantes. Assim é que brasileiros e portugueses e pessoas de regiões distintas do Brasil apresentam diferenças de fala nos planos lexical, fonético e gramatical.

No plano lexical, a palavra “comboio” em Portugal, por exemplo, corresponde a “trem” no Brasil. Já no plano gramatical, temos uma diferença na colocação de advérbios como em “lá não vou” (Portugal) e “não vou lá” (Brasil). Quanto aos brasileiros originários das regiões nordeste e sudeste, por exemplo, há algumas diferenças gramaticais, como, por exemplo, a preferência pela posposição verbal da negação, como em “sei não” (nordeste) e “não sei” (ou “não sei, não”, no sudeste) (ALKMIM, 2012).

A classe social é outro fator que muito determina a maneira como falamos. Aqueles que possuem uma condição socioeconômica mais elevada tendem a usar a linguagem mais próxima da chamada variedade culta. Isso ocorre porque esse grupo tem acesso mais amplo à escolaridade e desfruta de recursos culturais e de cidadania que outros grupos, aqueles situados na base da pirâmide social, pouco têm acesso. De acordo com Bagno “muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos”. (BAGNO, 2007, p.17)

Além da variação geográfica e da social, destaca-se também a variação em âmbito individual. A língua pode variar a depender da situação em que se encontram os falantes. Tendemos a usar a linguagem com mais formalidade em uma entrevista de emprego, e com menos formalidade em uma conversa entre amigos, por exemplo. Adequamos a linguagem de acordo com nossas necessidades comunicativas, com o grau de intimidade que temos com nosso interlocutor, com a situação social na qual se dá a interlocução etc.

Em relação ao gênero, estudos mostram que as mulheres falam diferentemente dos homens, existindo algumas expressões que são mais comumente usadas por mulheres e outras mais recorrentemente usadas por homens. Esse fenômeno ocorre, entre outros motivos, por conta de fatores históricos, devido à própria posição que a mulher ocupa em nossa sociedade. Outro fenômeno facilmente perceptível é que um jovem não fala do mesmo modo de uma pessoa idosa, isso ocorre por conta do fator idade.

Procuramos aqui relembrar um conceito bastante difundido nos estudos linguísticos, o de que língua e variação são indissociáveis, a língua é por excelência um conjunto de variedades. Tais variedades, vale ressaltar, ocupam uma escala valorativa, refletindo o status social dos falantes que a falam, ou seja, a variedade prestigiada é aquela usada pelos grupos economicamente dominantes, com possibilidades de maior tempo de escolarização e maior inserção nos meios sociais de cultura letrada. No Brasil, a chamada norma-padrão, que sequer é uma variedade da língua, mas um ideal de língua, ocupa posição de destaque, sendo exigida no ensino de língua portuguesa.

O fato de uma variedade ser prestigiada não significa que ela seja melhor que as demais em termos científicos. A padronização é apenas resultado das necessidades de uma sociedade de territórios vastos e diversificada como a nossa. Para que seja possível uma integração, digamos inter-regional, é necessária certa padronização usada nos meios de comunicação, no ensino, no funcionamento do estado. Devemos ter sempre em mente que a padronização nunca pode ser entendida como um apagamento da diversidade.

Fica claro que não existem variedades linguísticas inferiores, todas respondem às necessidades das comunidades que as utilizam, sendo assim adequadas ao contexto em que são utilizadas. Então em que se baseia o julgamento feito a certas variedades? Segundo Alkmim, “julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”. (ALKMIM, 2012, p.44)

Tais julgamentos preconceituosos decorrem da falta de conhecimento do fenômeno língua. Algumas pessoas, pela simples influência de alguns meios de comunicação, passam a emitir informações falsas e sem nenhum embasamento linguístico. A esse respeito, Bagno enfatiza:

O preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui. Outras afirmações são até bem-intencionadas, mas mesmo assim compõem uma espécie de “preconceito positivo”, que também se afasta da realidade. (BAGNO, 2007, p.13).

Entendemos ser papel da escola brasileira legar aos brasileiros uma imagem de si não alicerçada em preconceitos, não alicerçada em visões colonialistas, como se português legítimo fosse o de Portugal, e o nosso não passasse de um arremedo de língua. Daí ser o tratamento correto da variação linguística imprescindível no processo de educação formal. No próximo tópico, consideraremos a relação entre “variação” e “ensino”.

3. Variação e ensino

Diante de tantas variedades, que atitude deve ser tomada nas escolas? Como falamos, a padronização faz com que uma variedade se sobressaia em relação às demais. Nas escolas, não poderia ser diferente, assim a norma-padrão (que o ensino trata como sinônimo de norma-culta) ocupa posição de destaque no trabalho didático com a língua portuguesa em todas as regiões do país. Aqui destacamos um grande problema. A norma-culta deve ser trabalhada nas escolas: variedade linguística real; não a norma-padrão descrita em compêndios descritivos-prescritivos, pois estes evidenciam um ideal irreal de língua.

Isso não significa que a escola deva desprestigiar as outras variedades, visto que o aluno, quando chega à escola, traz consigo sua própria variedade. Decorre daí que a escola, como instituição social, não pode ignorar o fenômeno da variação linguística. Mesmo quando estamos diante de um público aprendiz cuja variação trazida do seio familiar já é bastante próxima da modalidade de língua prestigiada no espaço escolar, ele precisa ter a compreensão do que é a língua como todo heterogêneo, a fim de que não lhe pareça que o seu universo linguístico é superior aos demais. Travaglia assim se expressa sobre o assunto:

“Todavia, se se acredita que em diferentes tipos de situações tem-se ou deve-se usar a língua de modos variados, não há porque, ao realizar as atividades de ensino/aprendizagem da língua materna, insistir no trabalho apenas com uma das variedades, a norma culta, discutindo apenas suas características e buscando apenas o seu domínio em detrimento das outras formas de uso da língua que podem ser adequadas a determinadas situações. (TRAVAGLIA, 2009, p.41).

Tal atitude seria bastante produtiva, pois, além de acabar com preconceitos, o reconhecimento de que a variação é constitutiva de todas as línguas naturais viabiliza que o aprendiz se sinta mais à vontade na sua variedade, e o ensino da norma culta deixaria de ser sentido como impositivo, e seria percebido como complementação das habilidades linguísticas já dominadas pelos aprendizes.

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) também reconhecem a importância de se trabalhar com variação linguística nas escolas como forma de eliminar preconceitos:

“O conhecimento, a análise e o confronto de opiniões sobre as diferentes manifestações da linguagem devem levar o aluno a respeitá-las e preservá-las como construção simbólica e representações da diversidade social e histórica [...]. Na escola, o aluno deve compreender a relação entre, nas e pelas linguagens com meio de preservação da identidade de grupos sociais menos institucionalizados e uma possibilidade de direito as representações desses frente a outros que têm a seu favor as instituições que autorizam a autorizar. (BRASIL, 2000, p.9).

Espera-se, portanto, que a escola, ao invés de se preocupar em substituir a variedade do aluno, desenvolva-o em termos de competências e habilidades a fim de que ele possa utilizar a língua de forma adequada aos contextos socioculturais diversos. Deixamos claro que não estamos falando contrariamente ao ensino da norma-padrão (da norma-culta para sermos mais exatos; tendo em vista que a “norma-padrão” é um construto artificial, não uma variedade linguística real), contudo deve haver um reconhecimento da ineficiência do ensino pautado na nomenclatura e na memorização de regras gramaticais, como bem afirma Antunes (2003).

Em decorrência da compreensão da língua como todo heterogêneo, outro aspecto que precisa ser revisto no ensino de Língua Portuguesa (LP) é a noção de certo e errado. Como sabemos, tudo aquilo que foge às regras da gramática tradicional é tachado como feio, incorreto. Admite-se que só sabe falar bem e escrever bem quem conhece tais regras, o que sabemos que não é verdade, pois existem pessoas que nunca foram à escola e sabem se comunicar muito bem em sua variedade de origem. É tarefa de todos substituir as noções de “certo” e “errado” por “adequado” e “inadequado”, tendo em vista a situação em que a interlocução acontece.

Entende-se que o ensino de LP deva formar um aluno crítico, capaz de refletir sobre fenômenos linguísticos, compreender o julgamento que a norma culta faz a certas construções e posicionar-se frente a determinados fenômenos.

Diante disso o aluno precisa ter conhecimento de que a variação é um fenômeno regular, assim como tudo que acontece na língua é sistematizável, portanto. Precisa compreender que nada na língua é por acaso, e que todos os fatos linguísticos possuem lógica. Um exemplo dessa regularidade é o que ocorre nos casos de concordância nominal, na qual a regra de marcação de plural é apenas no primeiro elemento do sintagma. Para comprovar essa afirmação observemos a seguinte frase: *Os livro de João estão na mochila.*

Geralmente é comum ouvir afirmações como: os falantes das variedades populares (ou desprestigiadas) falam errado ou desobedecem às regras. Tais afirmações não se sustentam em bases científicas, pois, como sabemos, embora esses falantes não sigam as regras da norma-culta, que diz que a marcação de plural deve ser realizada em todos os elementos da locução nominal, há outras regras em vigência, não aquelas da gramática que precisa ser decorada na escola, mas regras gramaticais pertencentes ao sistema linguístico do indivíduo, apreendidas de modo intuitivo. A marcação do plural, no exemplo anterior, ocorre no primeiro elemento do sintagma – há, portanto, uma regra sistemática.

Na educação escolar brasileira, um dos principais, quando não o único, recurso didático, é o livro didático. Assim, nosso olhar agora se volta para essa ferramenta de ensino: estão os livros didáticos da coleção “Língua portuguesa: Linguagem e interação” tratando adequadamente do fenômeno da variação?

4. Análise do livro didático

A análise que empreendemos foi realizada nos três volumes da coleção *Língua portuguesa: Linguagem e interação*, destinada às séries que compõem o Ensino Médio. Como já apontamos, nosso estudo tem por objetivo verificar como se dá a abordagem da variação linguística em livros didáticos utilizados nas escolas do Maciço de Baturité, região onde se situa nossa instituição de ensino superior, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Nosso objetivo final, para além da compreensão de como a variação vem sendo tratada nos livros didáticos adotados no Maciço de Baturité, é dar um retorno aos professores que tão gentilmente nos cederam o material para pesquisa, contribuindo, assim, para a construção da ponte entre o saber acadêmico e a educação básica no interior do Estado do Ceará.

Na sequência, destacamos trechos dos livros pesquisados. Procederemos à descrição e análise. Para tanto, tomaremos como referenciais algumas perguntas relacionadas à “língua”, “norma culta” e “variedades linguísticas populares” pontuadas do item 4.1 ao 4.3 a fim de tornar nossa análise mais didática.

4.1. Língua - O livro apresenta a língua como um sistema homogêneo ou como um conjunto de variedades?

Logo na introdução do LD são apresentadas algumas noções de língua e linguagem. Vejamos primeiro o conceito de linguagem:

A linguagem é um conjunto de meios e processos que possibilitam aos indivíduos interagir e comunicar-se. Há vários tipos de linguagem, e no nosso dia a dia você se comunica com as pessoas por meio dessas diferentes linguagens, mesmo que nem sempre perceba isso. (FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2010, p. 10, l v.).

Quanto ao conceito de língua, lemos o seguinte:

A língua é uma linguagem. Devido a sua importância na comunicação humana, ela acaba sendo a linguagem empregada em grande parte das comunicações entre seres humanos, e até nos ajuda a compreender outras. (FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2010, p. 10, l v.).

Como se pode notar neste trecho, a definição de língua é bastante superficial, o livro poderia falar que a língua muda com o tempo, trabalhar com textos antigos e, através deles, mostrar como essa mudança acontece em vários níveis da língua. Também poderia haver já aqui a menção à *variação*, como característica constitutiva de todas as línguas naturais. Contudo, o fenômeno da variação linguística só será mencionado no capítulo seguinte, num quadro intitulado “As variedades linguísticas e os níveis de linguagem”, no qual há uma rápida menção à variação em correlação a distintos níveis de linguagem. Vejamos o quadro na sequência:

As variedades linguísticas e os níveis de linguagem

Os falantes de uma língua nem sempre se expressam do mesmo modo. As diferenças ocorrem pelos mais diversos fatores: a região de origem do falante, a faixa etária, o grau de escolaridade, a classe ou grupo social a que pertence, etc. Essas diferenças são chamadas de **variedades linguísticas**.

Além disso, há situações em que se pode utilizar a língua de maneira mais descontraída, menos formal (por exemplo, em casa, numa conversa entre amigos, numa carta pessoal, num diário íntimo) e outras em que é preciso um grau maior de formalidade (em situações de comunicação solene, no trabalho, nas comunicações orais ou escritas públicas- jornal, rádio, etc.). Formalidade e informalidade são níveis de linguagem.

As variedades formais de maior prestígio social, utilizadas nas comunicações públicas, são chamadas de **normas urbanas de prestígio** ou simplesmente **variedade-padrão**.

Nas aulas de língua portuguesa, uma das coisas que você aprende é utilizar convenientemente as variedades linguísticas e os níveis de linguagem, adaptando-os às diferentes **situações e finalidades comunicativas**.

(FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2010, p. 17, l v. [grifos no original]).

Os autores do livro didático entendem a realidade heterogênea constitutiva das línguas ao afirmarem que “Os falantes de uma língua nem sempre se expressam do mesmo modo”.

Logo em seguida, citam os fatores que ocasionam essa diferença “região de origem do falante, a faixa etária, o grau de escolaridade, a classe ou grupo social a que pertence etc”.

No segundo volume da coleção, há um tópico intitulado “O português daqui, dali, dalhures...”. Nele os autores retomam o assunto falando da existência de diferenças da língua portuguesa nos países que a utilizam como língua oficial:

A língua portuguesa, como você já sabe, é falada por milhões de pessoas. Ao longo dos séculos, ela entrou em contato com outras línguas e foi se modificando [...]. Assim é natural que haja diferenças na forma de como é falada em cada um desses lugares.

Os países que oficialmente se expressam em língua portuguesa constituem a chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) [...]. Angola é um desses países. (FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2010, p. 108).

Na atividade sobre o assunto, o aluno é levado a perceber algumas diferenças entre o português do Brasil e o português de Angola. A partir do conto do escritor angolano Luandino Vieira, intitulado “O fato completo de Lucas Matesso (III)”, os autores pedem o seguinte:

1. Releia o conto de Luandino Vieira, atentando especialmente para a linguagem. Anote no caderno as construções sintáticas que mais lhe chamaram atenção, por serem diferentes daquelas que costumamos utilizar no Brasil.
2. Compare suas anotações com a de seus colegas e, juntos, verifiquem se há coincidências entre os aspectos de linguagem percebidos por vocês.
3. Tentem explicar no que consistem essas diferenças. Registrem suas conclusões, com a ajuda do (a) professor (a).

(FARACO, MOURA; MARUXO JR., 2010, p. 109, 2 v.).

Tal atividade é produtiva no sentido de viabilizar a compreensão de diferenças entre duas normas-cultas: a brasileira e a angolana. Criticamos apenas o fato de a “variação” ficar circunscrita à norma-culta de duas regiões geográficas – e quanto às variantes estigmatizadas? Não há, em geral, nos livros da coleção em apreciação, espaço para as questões mais polêmicas, essas são evitadas; com isso, usos estigmatizados em território brasileiro, como “Chicrete” ou “Dois ovo” – respectivamente o fenômeno do rotacismo e o apagamento da marca de plural ao longo do sintagma – continuam sem espaço para discussão. O resultado disso é a perpetuação da noção segundo a qual esses usos estigmatizados são errados por excelência; quando sabemos que todas as variedades são regidas por regras.

4.2. Norma culta – O livro confunde a variedade culta com a norma padrão? O livro fala sobre a importância de conhecer a variedade culta?

É muito comum haver confusão entre os conceitos “norma-padrão” e “norma culta”. Norma-padrão não é uma variedade real, sendo apenas um modelo abstrato considerado o “certo” pela sociedade. Já a norma culta é real, utilizada por grupos sociais que possuem bom grau de letramento. Em Bagno, lemos o seguinte:

NORMA-PADRÃO: conjunto de regras *prescritivas*, inspirado no uso literário de alguns poucos escritores do passado considerados como *exemplares* e como modelos a ser imitados. Ela também se inspira na gramática do *latim clássico*, rejeitando os usos de formas herdadas do latim que não correspondam aos usos que os falantes de latim clássico faziam dessas mesmas formas linguísticas. Tradicionalista, elitista e conservadora, essa norma-padrão leva muitíssimo tempo para acolher inovações linguísticas e, mesmo assim, somente aquelas que podem ser encontradas na obra dos escritores que acabam por se consagrar como nomes importantes do cânone literário. Além disso, ela vem atrelada a uma *doutrina gramatical pré-científica*, baseada nos postulados dos gramáticos da Antiguidade clássica e, por conseguinte, refratária a novas análises teóricas advindas das ciências da linguagem contemporâneas;

NORMA CULTA: conjunto formado pelas variedades urbanas de prestígio, faladas e escritas por cidadãos e cidadãs com vivência urbana e elevado grau de letramento (objetivamente quantificado pela posse de um diploma de curso superior). Essas variedades urbanas de prestígio (com suas evidentes diferenças regionais) é que são, de fato, o objeto de desejo da maioria dos falantes que não as dominam e que pretendem, com elas, ascender socialmente. É essa norma culta real (e não ideal como a norma-padrão) que define realmente o que é considerado “erro”, uma vez que seus usuários aceitam e empregam formas linguísticas condenadas pela norma-padrão tradicional, mas já perfeitamente incorporadas às variedades urbanas de prestígio – ela é que deve ser o objeto do ensino de língua na escola. (BAGNO, 2011, p. 984)

Contrastemos agora as definições de Bagno com a definição do LD: “As variedades formais de maior prestígio social, utilizadas nas comunicações públicas, são chamadas de *normas urbanas de prestígio* ou simplesmente *variedade-padrão*.” (FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2010, p.17, l v.).

Observamos um grande avanço, pois a definição da chamada “variante-padrão” coincide com a ideia de “norma culta”, tendo em vista sua caracterização em termos de *usos reais nas comunicações públicas*. Entendemos que, para ser mais didática, a essa definição, deveriam se seguir comparações entre regras prescritivas da norma-padrão e usos reais urbanos de prestígio, assim ficaria claro o objeto escola: as regras reais de usos cultos da língua portuguesa no século XXI no Brasil, mesmo que essa regras não sejam coincidentes com as constantes em alguns compêndios normativos tradicionais.

Além disso, entendemos que também se faz imprescindível uma discussão acerca das valorações sociais em torno da chamada “variante-padrão”; caso contrário, o aprendiz continuará com a noção equivocada de que existe um sistema de regras perfeito, correto; e tudo que fuja a esse sistema seria imperfeito, incorreto. Entendemos que a língua precisa ser ensinada e estudada como todo heterogêneo.

É importante também explicar o lugar social da norma-culta (“variante-padrão”, segundo a terminologia do livro em análise) em nossa sociedade, pois seu domínio será necessário para o acesso aos bens culturais e sociais, imprescindíveis ao pleno exercício da cidadania (BAGNO, 2007).

4.3. Variedades linguísticas populares – A coleção fala sobre sua existência e seu lugar social, demonstrando respeito por elas?

A coleção não faz referência às variedades linguísticas populares nem ao motivo de essas variedades serem estigmatizadas e vítimas de preconceito (em nenhum momento o preconceito linguístico é mencionado). Deveria haver um espaço de discussão que conduzisse o aluno à compreensão de que não existem variedades boas ou ruins, erradas ou certas e que todas possuem sua própria gramática.

No segundo parágrafo do quadro “As variedades linguísticas e os níveis de linguagens”, constante no volume 01 da coleção, na página 17, há um alerta quanto às situações em que se pode utilizar a língua com mais ou menos formalidade. Segundo o autor, “formalidade e informalidade são níveis de linguagem”. Observamos, aqui, a equivocada correlação entre “variação” e “informalidade” – é como se a possibilidade da variação estivesse para a informalidade e a exigência da “variante-padrão” estivesse para a formalidade. Assim, transmite-se uma ideia equivocada do que é variação.

O terceiro volume da coleção retoma esse tema no tópico “Os graus de formalidade da linguagem” (FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2010, p.13). Pede-se, em uma atividade, que o aluno compare dois textos e diga se a linguagem em um é mais formal ou menos formal do que a presente no outro.

Observamos, assim, que a variação ficou circunscrita a usos formais da linguagem *versus* usos informais, o que tornou a abordagem da variação inapropriada, pois deu a entender que a variação está associada apenas aos contextos de usos menos monitorados da língua. E quanto às variantes estigmatizadas, às regras que as regem? Ficaram sem espaço.

5. Considerações finais

No presente artigo, buscamos compreender como o fenômeno da variação linguística vem sendo abordado em livros de Língua Portuguesa de uma coleção bastante adotada pelas escolas da região do Maciço do Baturité. Nosso intento era averiguar se a discussão acadêmica em torno da heterogeneidade linguística se faz realidade em livros didáticos destinados a auxiliar o professor no ensino de língua portuguesa em nossas escolas.

Tentamos, no início do trabalho, conceituar e caracterizar nosso objeto de estudo e logo em seguida falamos da relação entre variação e ensino; nesta seção, mostramos que é comum a escola privilegiar o ensino da norma-padrão, que, a rigor, nem se caracteriza como uma variante real, ou privilegiar a norma culta, mas deixando de lado as outras variedades. Os PCN (2000), no entanto, afirmam a necessidade de se conhecer as diferentes manifestações da linguagem, a partir desse conhecimento, compreender que todas as variedades são igualmente válidas e devem ser respeitadas como usos legítimos do sistema da Língua Portuguesa.

Na análise dos LD, vimos que a coleção não trabalha com a mudança linguística e fala de variação de maneira superficial. Não há referência às variedades regionais e poucos são os exercícios que viabilizam a reflexão sobre a língua em sua pluralidade.

A partir da análise dos livros e dos resultados da pesquisa, ainda que preliminar, ensejamos contribuir, por socializar os resultados de nossa análise, para que os professores tomem consciência da lacuna de livros didáticos quanto à abordagem do fenômeno “variação linguística” e possam preencher esse espaço vazio, contribuindo, assim, para tornarem seus alunos mais críticos, não preconceituosos em relação às variedades da língua.

Referências bibliográficas

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística (parte I). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, V.1, 9ªed., rev., p. 23-50, 2012.

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 17ªed., 1ª reim. 2012.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: Parte II – linguagens, códigos e suas tecnologias*: Brasília: MEC/SEB, 2000.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística (parte II). In: MUSSALLIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, Vol.1, p.51-83, 2012.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JR, José Hamilton. *Língua portuguesa: linguagem e interação*. São Paulo: ática, Vol.1,2010.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JR, José Hamilton. *Língua portuguesa: linguagem e interação*. São Paulo: ática, Vol.2, 2010.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JR, José Hamilton. *Língua portuguesa: linguagem e interação*. São Paulo: ática, Vol.3, 2010.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2009.